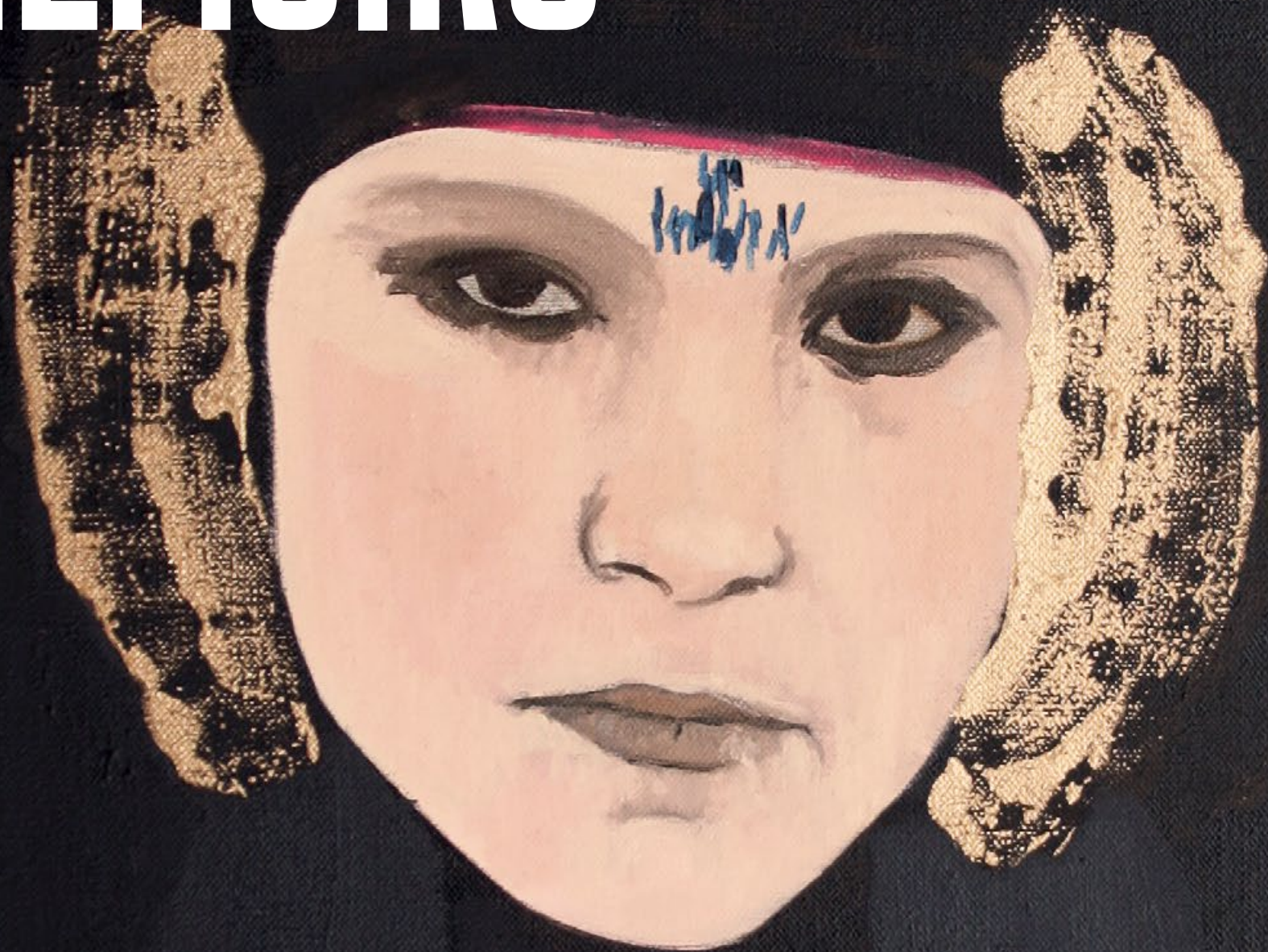


# \_MEMOIRS



# MEMOIRS

Coordenação Editorial  
António Pinto Ribeiro

Editores  
António Pinto Ribeiro  
Margarida Calafate Ribeiro  
Felipe Cammaert

Designer  
Arne Kaiser

Traduções do francês para o português  
Texto de Assumani Budagwa por António Sousa Ribeiro  
Texto de Dorothée Kellou por Fernanda Vilar

Imagem capa: Dalila Dalléas Bouzar, *Princesse (série)*, 2016 (cortesia da artista)  
“Este retrato foi composto a partir das fotografias de Marc Garanger, feitas durante a Guerra da Argélia (1954-62) nos campos de reagrupamento civil. O objetivo destas fotografias era o de criar bilhetes de identidade que permitissem ao exército francês controlar os movimentos da população. As mulheres, obrigadas a tirar o véu, viveram estas sessões fotográficas como uma violação da sua intimidade. Estas fotografias são assim um testemunho da Guerra da Independência. Se escolhi trabalhar sobre estas fotografias foi porque antes de mais elas me comoveram. As fotografias falavam das mulheres do meu país com as quais me identifico. Através das minhas pinturas quis homenageá-las.” Dalila Dalléas Bouzar

Agradecimentos: Aimé Mpenbe Enkobo, Amalia Escrava, Assumani Budagwa, Bruno Machado, Cristina Ataíde, Dalila Dalléas Bouzar, Dorothée Kellou, Dulce Maria Cardoso, Liliana Coutinho, Liamna Gouasmia, Louise Narbo, Mark Depputer, Pauliana Valente Pimentel, Rachida Brahim, Teresa Dias Coelho

27 Setembro 2019  
Depósito legal: 445507/18

Pode aceder à newsletter do MEMOIRS, aos sábados, através do site <https://memoirs.ces.uc.pt>  
Acompanhar em facebook, instagram.

Este jornal resulta do trabalho desenvolvido pelo projeto MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato nº 648624).



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE DE COIMBRA – ALTA e BAIXA  
PRÉCISO NA ESCOLA DO IMPÉRIO  
MARÇO 2013

## POR UMA EUROPA COSMOPOLITA

Nos últimos anos temos assistido a uma série de afirmações e atitudes de populações e de políticos europeus relativamente às heranças coloniais que definem o continente europeu. São declarações que denotam um tom de diferença e que colocam esta questão no espaço público de uma forma política até há pouco nunca vista. O pedido de desculpas formais do Primeiro Ministro da Bélgica, Charles Michel aos mestiços belgas do antigo Congo Belga, as recentes declarações e atitudes do presidente francês, Emmanuel Macron e da chanceler alemã Angela Merkel, assumindo o colonialismo como um crime contra a humanidade, defendendo a integração dos imigrantes nos seus países e reconhecendo a importância dos descendentes dos antigos impérios coloniais na construção da Europa, são aspetos de uma agenda europeia que finalmente dá visibilidade às minorias invisíveis e que, mais de cinquenta anos passados dos processos de descolonização, tem um significado que ultrapassa completamente uma política nacional de contenção de discursos extremistas ou de populismos. O início de discussões tão complexas como as restituições de obras de arte às antigas colónias europeias com relatórios concretos, as novas propostas museológicas de museus europeus herdeiros da gesta colonial, como é o caso do África Museum na Bélgica, recentemente inaugurado, a atenção que, após anos de luta e denúncia, começa a ser dada aos manuais escolares, a atenção à cena artística europeia evocadora destas questões nos teatros, galerias, festivais e outras manifestações artísticas e culturais anunciam um novo tempo que contrasta com a argumentação envelhecida e nacionalista do atual primeiro ministro do Reino Unido, em Fevereiro de 2016, quando evocava a memória do Império e da grande capacidade de gestão imperial da Grã-Bretanha, perante o que seria a vitória do referendun que levaria à execução do Brexit e, com ele, à recuperação da grandeza britânica.

Hoje os europeus herdeiros dos movimentos políticos e populacionais saídos das descolonizações, que trouxeram até à Europa populações com vivências coloniais, são sujeitos e corpos políticos europeus que têm vindo a questionar estas vivências fora e dentro de solo europeu, assumindo memórias e identidades transnacionais e transterritoriais que colocam sob suspeita os modos e as geografias do humanismo europeu, as suas democracias e as suas práticas perante a barbárie do que foi o colonialismo e do que são ainda hoje as suas

heranças. Hoje os filhos e netos das pessoas e dos líderes dos países envolvidos nas descolonizações, bem como muitos cidadãos não ocidentais a viver no Ocidente lançam e colocam a pergunta a partir de outros lugares de enunciação, um dos quais, mas não certamente o exclusivo, é esse lugar híbrido que os habita e que é o lugar do não branco-europeu, do oriental-europeu, do latino americano-europeu, do árabe-europeu ou do europeu branco com memória africana. A partir das suas experiências familiares e públicas interrogam as histórias contadas na casa europeia e as histórias ocultadas, herdadas objetos de territórios e vidas anteriores, interrogam narrativas museológicas, cujas coleções evocam fantasmas da empresa colonial, revisitam arquivos oficiais e contam essas histórias nos livros, nos filmes, nas obras de arte inscrevendo-os na casa europeia. Desta forma, alteram a cultura europeia e são responsáveis pelo seu cosmopolitismo e grandeza cultural, ao mesmo tempo que respondem, de forma dialógica, aos aspetos mais reacionários e mais avessos à mudança da cena europeia atual que reage à procura de uma essência nacional mitológica, a partir da qual se ergueram outros horrores do século XX europeu. A presença crescente no espaço público de discursos racistas e xenófobos, corresponde, no contexto geopolítico atual, a um notório abaixamento do limiar de tolerância aceite e dá-nos todas as razões para nos mantermos atentos. Mas não modificará o curso da história que é e será plural, feita de tantos sujeitos quantos aqueles que estão a escrever a história transnacional e transcontinental europeia de que todos somos herdeiros e que todos os dias nos demanda de ser cumprida. Vivemos essa tensão, mas os sinais acima apontados revelam-nos uma atitude política de integração dessas heranças na nossa reflexão de cidadãos europeus, capaz de a partir daí traçar outros horizontes, traçar futuro. O desenhar da história desse futuro tem sido o trabalho de investigação e ação do projeto europeu *Memoirs – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias*, que, trabalhando com cidadãos e artistas europeus começa a ver e a assinalar esse futuro que é branco, é negro, é árabe, é mestiço, e em que as vozes das mulheres se têm destacado ao veicular as propostas mais inovadoras e arrojadas, como mostramos na edição deste jornal. A maioria delas lida com as memórias estrangeiras, mas familiares, memórias dos seus pais e avós. Tratam-nas como material nobre dos seus trabalhos e assim criam obras inovadoras

que contam outras histórias em que nos reconhecemos porque também fazemos parte delas. São artistas e cidadãos migrantes que sabem que é nessa condição que são europeias cosmopolitas, e que nos solicitam uma democracia e uma Europa com memória.

**MEMOIRS** é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (num. 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

**Investigadora Principal:**  
Margarida Calafate Ribeiro

**Investigadores:**  
António Pinto Ribeiro, Fátima Rodrigues, Felipe Cammaert, Fernanda Vilar, Hélia Santos, Mónica V. Silva, Nuno Simão Gonçalves

**Investigadores associados:**  
António Sousa Ribeiro, Paulo de Medeiros, Roberto Vecchi

**Parcerias:**  
Buala, Cátedra Eduardo Lourenço – Universidade de Bolonha – Camões Instituto da Cooperação e da Língua, Culturgest – Fundação Caixa Geral de Depósitos, Edições Afrontamento, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto Post/Doc, Universidade de Paris-Nanterre, ACT – Approches Culturelles et Territoires, Marselha e Bional du Réseau pour L'Histoire et la Mémoire des Immigrations, Marselha, Fundação Lilian Thuram.

# LUANDA, LISBOA, RIBEIRINHA E VOLTA

**BRUNO MACHADO NASCEU EM 1982, É FILHO DE UM ANTIGO COMBATENTE NA GUERRA COLONIAL E TEM FAMILIA LIGADA A ANGOLA. O SEU TESTEMUNHO REVELA A FORÇA DAS MEMÓRIAS FAMILIARES TRAUMÁTICAS NAS GERAÇÕES SEGUINTE. BRUNO MACHADO REALIZOU O PRIMEIRO ESTUDO SOBRE FILHOS DE “RETORNADOS”.**

A família do meu pai viveu parte da vida em Angola. O meu pai ainda hoje, de certa forma, “vive” em Angola. Quando encontra alguém que tem alguma ligação a Angola, encanta-se completamente. Vem aquele passado perdido: Luanda, a esplanada, a guerra, os meus tios. Tenho casos na família com cicatrizes psicológicas e físicas, pessoas que viveram momentos muito duros, quer devido à Guerra Colonial, quer ao retorno. O meu pai decidiu ir para África com 13 ou 14 anos, para ao pé de uma das irmãs mais velhas, a minha tia, que vivia em Luanda. Em 1969, estávamos em guerra, e o meu pai ofereceu-se como voluntário, foi para a Força Aérea. Não sei se foi pela causa, se por contágio, ele já tinha dois irmãos na guerra e, como o meu avô já tinha falecido, penso que até poderia ter utilizado a cláusula do amparo à mãe. Mas o meu pai fez carreira militar e depois da independência, já em Portugal, ingressou na GNR. Eram oito irmãos, da Ribeirinha, em Trás-os-Montes, onde passávamos as férias grandes. Do lado da minha mãe, era tudo mais liberal, e não há ligações a África. Encontraram-se em 1976, casaram em 1979 e eu nasci em Lisboa em 1982.

Cresci com estas histórias à minha volta. “Um dia tens que ir lá, porque é completamente diferente daquilo que conheces”, “nunca vi o céu tão bonito como em África”. Mais tarde, estas imagens começaram a ganhar alguns contornos políticos. Quando se começa com 14 ou 15 anos a falar de certas teorias à refeição – que o comunismo é isto, o comunismo é aquilo – quando se começa a interrogar tudo, o meu pai foi-me dizendo

como via os acontecimentos e eu acho que o meu pai me ensinou que as coisas não são a preto e branco, e eu tendia a ver as coisas assim. Angola para mim é sempre uma Angola transmitida pelo meu pai, não há hipótese de contornar isso, não tenho interesse em lá ir. Prefiro viver nas memórias do meu pai. O meu pai pintou tão bem o quadro que eu acho que não quero esborratá-lo. Mas é uma dicotomia violenta entre o mágico e o brutal, e quase traumatizante, pelas vivências que, não são apenas as boas e da juventude, são também as vivências da guerra e da saída dos portugueses. O meu pai ainda hoje conta com muita mágoa o que eram famílias inteiras, perdidas à espera do avião, que ele sabia que não chegaria tão cedo. Houve histórias trágicas que o meu pai me contou. São coisas que foi contando ao longo dos anos, coisas que provavelmente o atormentavam e que foi partilhando aos poucos comigo, com o avançar da idade, dele e minha. Lembro-me que, quando estava na escola, falavam daquela coisa maravilhosa que tinha sido a descolonização, e obviamente para mim também era, os povos a libertarem-se, os países independentes. O fim do regime salazarista, da opressão, a liberdade finalmente. Lembro-me de ter amigos e colegas cujos pais eram revolucionários e tinham sido contra o regime, tinham desertado e essas pessoas eram tratadas de uma forma especial. No meu caso, o meu pai, a minha família que vinha de Angola, era diferente. Faziam parte daquela imensidão de pessoas que, às páginas tantas, estava a lutar mais pela vida do que propriamente pelo regime. Na minha casa havia um lado da história que não estava nos livros, nem nas conversas, nem nas aulas, e que foi a vida de pessoas normais de repente lançadas para situações de violência, de vidas abruptamente interrompidas. Estas histórias da escola e de casa não eram coincidentes.

Os objetos que havia nas casas também me davam sinais de África, mas ao longo dos anos foram desaparecendo. No entanto, o meu pai sempre foi uma pessoa de manter tudo o que são coisas relacionadas com Angola num baú, uma caixinha com um álbum de tudo o que são fotografias de África e outras coisas. Não era secreto, mas era apelativo. Tinha uns postais com animais exóticos, fotografias em que podia ver um pai que eu não conhecia: um pai com uma guitarra na mão, um pai com umas patilhas grandes, um pai

fardado, um pai com uma camisa havaiana em Luanda. Sempre tive muita curiosidade e gradualmente ele foi associando histórias. Mas para mim a Cuca é um dos objetos eleitos. A Cuca são os bons momentos do meu pai em África com amigos, mesmo no contexto da Guerra Colonial, aqueles momentos depois de, se calhar, lidar com situações mais complicadas. Quando eu era mais pequeno, a Cuca era uma bebida, mas agora mantém-se nas latas como um objeto. O meu pai partilha comigo, dizendo “põe lá na tua prateleira, na sala ou na cozinha”. Acho que é a questão de continuidade que ele gosta de dar. Sempre pensei que com o tempo as memórias de Angola fossem ficando mais amenas, mas assisto ao contrário. As memórias do meu pai vão ficando cada vez mais pesadas, e a Cuca é um símbolo do bom momento. Acho que é por isso que ele não a abre, que ele deixou de a abrir.

Estas vivências foram muito importantes na minha formação. Fiz uma tese de mestrado sobre os “filhos dos retornados”, como é habitual dizer. Creio que só com este trabalho percebi como todas estas histórias me tinham moldado de uma forma mais profunda: não tinha sido só o meu pai a contar-me umas historiazinhas sobre África, tinha sido uma coisa mais transversal ao longo da minha vida. Já não era só a história do meu pai. E tinha curiosidade de ver se as pessoas da minha geração teriam passado pelo mesmo processo. E verifiquei que a Guerra Colonial, a descolonização, a saída de África tiveram um impacto enorme, muito maior do que o que eu imaginava nas gerações seguintes.

Há aquela música dos Delfins, “Aquele Inverno”, que fala disto, do abandono, do ressentimento. Lembro-me de uma vez ir com o meu pai no carro e de ouvirmos a música. Não é uma memória dos pais ou dos filhos, é de todos.

Edição de Margarida Calafate Ribeiro e Mónica V. Silva



Foto: Cuca, Nuno S. Gonçalves, 2019 (cortesia do fotógrafo)



Pintura da série Mãos, de Teresa Dias Coelho, 2016 (cortesia da artista)



Ethiopian Walks, desenho de Cristina Ataíde, 2017 (cortesia da artista)

# SENTIMENTO DE OUTROS OCIDENTAIS

## MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

Luanda, Lisboa, Paraíso

(2019), de Djaimilia Pereira de Almeida, recordou-me de imediato o verso do poema de Cesário Verde, “Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!”<sup>1</sup>, numa sugestão de alargamento a outras geografias onde a história desse mesmo Ocidente também decorreu, e onde outros sujeitos etno-culturais constituíram – com as suas terras, os seus corpos e os seus produtos – o negativo do resplandecente teatro das antigas metrópoles coloniais europeias, hoje capitais europeias em que a herança colonial é visível.

*Luanda, Lisboa, Paraíso e Debaixo da nossa Pele – uma Viagem* (2017), de Joaquim Arena, inauguram em Portugal uma linha literária de abrangência europeia – *afropean*, numa versão anglo-saxónica, *afropolitan* numa versão francesa – de identidades herdeiras dos processos coloniais, que procuram as suas continuidades na Europa de hoje, ao mesmo tempo que se inscrevem numa genealogia literária portuguesa de imaginação e de demanda de Portugal e da Europa. A semelhança de Almeida Garrett em *Viagens na Minha Terra*, o movimento da viagem empreendida é “Tejo arriba”, ou seja, para dentro de Portugal e do continente. E qual é a viagem de Djaimilia e de Joaquim Arena no início do século XXI? É a de procurarem em Portugal os vestígios dos outros portugueses invisibilizados na história de Portugal e da Europa. Ora, como é o caso do protagonista de *Debaixo da Nossa Pele*, na procura aventureosa na região do rio Sado de rastos de escravos, trazidos no século XVIII para o cultivo do arroz, e esta viagem prossegue pela Europa; ora indo ao encontro de portugueses

das antigas colónias apanhados pela história mais recente e hoje identificados como imigrantes angolanos no Portugal contemporâneo, a viver nos bairros periféricos, de que o imaginário e antifrástico *Paraíso* do título do livro de Djaimilia é realidade e metáfora.

## LISBOA NÃO EXISTE

*Luanda, Lisboa, Paraíso* descreve o percurso do angolano Cartola de Sousa que, no tempo colonial, tinha uma vida típica da pequena burguesia negra assimilada. Era um jovem enfermeiro, assistente do médico português Barbosa da Cunha e a sua vida tinha uma certa ordem, estatuto profissional e social, permitindo-lhe o sonho de ascensão social que o estatuto de assimilado perversamente configurava. Em breve este mundo iria desfazer-se: Cartola de Sousa iria assistir à partida dos portugueses expectante, celebraria a independência com uma alegria contida e, ao mesmo tempo, a sua família começaria a desfazer-se: nascia Aquiles, assim batizado devido ao calcanhar defeituoso, e a sua mulher ficava imobilizada na cama. Por razões de saúde do filho, como muitos dos seus compatriotas, viaja para Lisboa, o que ativa uma série de sonhos, que vão da questão prática de resolver o problema de saúde do filho à ilusão de ir encontrar uma Lisboa que o acolheria como um português, um assimilado para quem Lisboa era a metrópole mental. Ao contrário de Aquiles, que é um filho da independência e um emigrante

angolano em Lisboa, saudoso da mãe, de Luanda e em luta por uma vida melhor. Cartola de Sousa transporta consigo uma identidade fantasmática, que o relaciona com o sonho de Portugal, como um lugar ao qual ele pertencia<sup>2</sup>. O que existe é a realidade que o expulsou de Angola e que se traduz no subdesenvolvimento do Sul e na continuidade da sua condição subalterna. Em luto, por si e pelo amigo, Cartola de Sousa fixa o rio Tejo que no imaginário português epitomiza todas as histórias do império português que dali se projetaram no “mar sem fim”. Mas não há resposta para as ruínas do império, não há restituição possível para o engano e a ilusão. Resta-lhe uma cidadania espectral de um mundo de fantasia que a história transformou em fantasma. Lisboa não existe.

## VEREDAS TROPICAIS EUROPEIAS

*Debaixo da nossa Pele – Uma viagem*, de Joaquim Arena, assume a viagem como meio e processo que desencadeia a narrativa. Tal como Cartola de Sousa, o protagonista inicia a sua viagem deambulando por Lisboa. Mas ele não é um homem que vem do antigo império; é já um herdeiro, um lisboeta, filho de migrantes africanos que viveram na Europa e que integram na sua identidade europeia, uma memória africana mais ou menos real, mais ou menos ficcionada. Esta é a linha protagonizada por muitos artistas europeus como mostram os recentes trabalhos do britânico Johny Pitts, *Afropean*<sup>3</sup>, ou do belga flamengo Roland Gunst que estreou a peça *Flandria*<sup>4</sup>, entre muitos outros. Misturando motivações biográficas, passado, presente e futuro, realidade e ficção propõem uma rutura de paradigma na narração e na leitura da história europeia a partir de grupos minoritários, portadores de narrativas silenciadas, ocultas ou alternativas, em que África está presente e assim se torna parte do país europeu em questão e da Europa em geral.

Como Cartola de Sousa, é olhando o rio que o narrador se questiona. E é a partir desta reflexão ao longo do rio próximo das aldeias fantasmáticas que ele procura, que vai articulando uma teia de imagens, estórias e mitos de onde emergem escravos locais, serviços, famílias mestiças e conhecidas personagens negras presentes na Europa desde Portugal à Rússia, mostrando-nos que, na Europa, a escravatura, o colonialismo e a descolonização são presenças sem fronteiras, desde o século XV até hoje. São histórias a partir das quais o narrador desafia muita coisa e, como Djaimilia, coloca as questões a partir de vários ângulos: desde a ambiguidade do discurso da negritude e da branquitude ao racismo e ao anti-racismo, desde a plasticidade da discriminação à armadilha do estereótipo, desde a sedução do luso-tropicalismo à consciência do preconceito. São histórias que nos apontam para um passado comum construído a partir de relações coloniais e de memórias muito diferentes sobre o qual hoje somos convocados a gerar futuro.

O que estes livros nos vêm trazer é o desafio para uma nova cartografia da memória europeia, assente na asunção de que a herança colonial é parte da identidade europeia, mostrando-nos que ser europeu é tudo menos ser só europeu.

—————

(1) Cesário Verde, “O sentimento de um Ocidental”, *O Livro de Cesário Verde*, Passagem Editora, 1982, p. 87.

(2) Entrevista a Djaimilia Pereira de Almeida. Maria João Caetano, “De Luanda ao Paraíso com passagem por Lisboa: miséria ao virar da esquina”, *Diário de Notícias*, 3 Novembro, 2018.

(3) Johny Pitts, *Afropean – Notes from Black Europe*, Londres: Penguin Books, 2019.

(4) Mais informação sobre John K Cobra: https://www.johnkcobra.com/about-us. Sobre a peça: https://www.lod.be/en/productions/flandria; https://www.johnkcobra.com/copy-of-lion?lightbox=datattem-j8ly4mqy1. O artista foi entrevistado em Bruxelas a 07 de junho de 2018, no âmbito do projeto *Memoirs – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias*.

# NO LABIRINTO DO TEMPO E DAS PALAVRAS

## DULCE MARIA CARDOSO

Luanda, Lisboa, Paraíso

(2019), de Djaimilia Pereira de Almeida, recordou-me de imediato o verso do poema de Cesário Verde, “Madrid, Paris, Berlim, S. Petersburgo, o mundo!”<sup>1</sup>, numa sugestão de alargamento a outras geografias onde a história desse mesmo Ocidente também decorreu, e onde outros sujeitos etno-culturais constituíram – com as suas terras, os seus corpos e os seus produtos – o negativo do resplandecente teatro das antigas metrópoles coloniais europeias, hoje capitais europeias em que a herança colonial é visível.

*Luanda, Lisboa, Paraíso e Debaixo da nossa Pele – uma Viagem* (2017), de Joaquim Arena, inauguram em Portugal uma linha literária de abrangência europeia – *afropean*, numa versão anglo-saxónica, *afropolitan* numa versão francesa – de identidades herdeiras dos processos coloniais, que procuram as suas continuidades na Europa de hoje, ao mesmo tempo que se inscrevem numa genealogia literária portuguesa de imaginação e de demanda de Portugal e da Europa. A semelhança de Almeida Garrett em *Viagens na Minha Terra*, o movimento da viagem empreendida é “Tejo arriba”, ou seja, para dentro de Portugal e do continente. E qual é a viagem de Djaimilia e de Joaquim Arena no início do século XXI? É a de procurarem em Portugal os vestígios dos outros portugueses invisibilizados na história de Portugal e da Europa. Ora, como é o caso do protagonista de *Debaixo da Nossa Pele*, na procura aventureosa na região do rio Sado de rastos de escravos, trazidos no século XVIII para o cultivo do arroz, e esta viagem prossegue pela Europa; ora indo ao encontro de portugueses

das antigas colónias apanhados pela história mais recente e hoje identificados como imigrantes angolanos no Portugal contemporâneo, a viver nos bairros periféricos, de que o imaginário e antifrástico *Paraíso* do título do livro de Djaimilia é realidade e metáfora.

*Luanda, Lisboa, Paraíso* descreve o percurso do angolano Cartola de Sousa que, no tempo colonial, tinha uma vida típica da pequena burguesia negra assimilada.

É a partir desta reflexão ao longo do rio próximo das aldeias fantasmáticas que ele procura, que vai articulando uma teia de imagens, estórias e mitos de onde emergem escravos locais, serviços, famílias mestiças e conhecidas personagens negras presentes na Europa desde Portugal à Rússia, mostrando-nos que, na Europa, a escravatura, o colonialismo e a descolonização são presenças sem fronteiras, desde o século XV até hoje. São histórias a partir das quais o narrador desafia muita coisa e, como Djaimilia, coloca as questões a partir de vários ângulos: desde a ambiguidade do discurso da negritude e da branquitude ao racismo e ao anti-racismo, desde a plasticidade da discriminação à armadilha do estereótipo, desde a sedução do luso-tropicalismo à consciência do preconceito. São histórias que nos apontam para um passado comum construído a partir de relações coloniais e de memórias muito diferentes sobre o qual hoje somos convocados a gerar futuro.

O que estes livros nos vêm trazer é o desafio para uma nova cartografia da memória europeia, assente na asunção de que a herança colonial é parte da identidade europeia, mostrando-nos que ser europeu é tudo menos ser só europeu.

E, depois, não é matemática a linguagem que usamos para tratar estas coisas. Podemos, em grande parte, entender-nos – se a isso nos dispusermos –, mas o mal-entendido nunca está excluído da nossa comunicação: não há palavra cujo significado não seja, em determinada medida, impreciso ou polémico. No entanto, há palavras cujos contornos são mais definidos do que outras. Por exemplo, a palavra composta “pós-guerra” nomeia o tempo de paz que sucede a uma guerra. Considero-me a viver um tempo de pós-guerra? Independentemente da guerra a que o “pós-guerra” se refira, seja a Segunda Guerra Mundial, em que eu ainda não era nascida mas que desenhou o mundo em que vivo, ou a guerra civil em Angola, de que a minha família fugiu, e que durou até 2002, não há dúvida de que vivo um tempo de paz – não há pessoas a serem mortas e feridas à minha volta, não há medo, não tenho de fugir, como em 1975 – mas julgo que a minha resposta é “não, não me considero a viver um tempo de pós-guerra”. Julgo que esta minha resposta tem a ver com a distância em relação a essas duas guerras. Uma distância geográfica, uma distância temporal. É como se houvesse um período de validade para o tempo do pós-guerra. Para isso contribuirá, talvez, mais do que a normalização do funcionamento da sociedade em tempo de paz, o

facto de outras guerras terem acontecido, entretanto.

O desenho do mundo do pós- Segunda Guerra Mundial foi já redesenhado pelo pós- Guerra Fria, que nem guerra bem foi, depois da guerra civil angolana, muitas outras guerras civis aconteceram ou acontecem ainda, Iraque, Líbano, Síria...

E agora outra palavra composta: Considero-me a viver um tempo pós-colonialista? Quase todo o discurso que existe é no sentido de me fazer crer que sim. No entanto, a descolonização que me apanhou dista mais do presente do que o final da guerra civil que surgiu no seu seguimento. Não me sinto no pós-guerra dessa guerra, mas tudo tende a fazer-me sentir no pós-colonialismo desse colonialismo. À parte o facto de que talvez se recupere mais rapidamente de uma guerra do que de um colonialismo, isto reforça a convicção de que o período de validade de um tempo pós-qualquer-coisa é tanto maior quanto menor for a possibilidade de se tornar num tempo pré-essa-mesma-coisa. Os estragos dos colonialismos que foram acontecendo ao longo de milénios e a recente e final globalização que vivemos parecem ter libertado definitivamente a humanidade do colonialismo. A incapacidade de avistarmos no futuro os imaginários de exuberância e exotismo que associamos ao colonialismo, contribui para que o pós-colonialismo surja como eterno. No entanto, confesso que não me sinto a viver um tempo pós-colonialista.

Não por considerar que este tempo pode conter já, em si, germes de um tempo pré-colonialista, não pelas razões de que já não me sinto a viver no pós-guerra, mas porque, em relação ao colonialismo, não me sinto a viver sequer no pós:

—————

—————

—————

—————

—————

—————

—————

—————

—————

As definições das palavras devem tender para potenciar, e não para boicotar, o bem-estar a que a nossa comunicação sofisticada nos permite aceder. Mesmo que seja difícil associar a pós-colonialismo um contorno tão definido quanto o que se associa a pós-guerra, devemos evitar que o engano surja: no que respeita a grande parte do sofrimento e exploração associada ao colonialismo, não é verdade que sejamos já outros, que já ali não estejamos.

—————

Cresci em Luanda até aos 11 anos. A minha mãe não trabalhava fora de casa, era o que se chamava – não sei se ainda se pode chamar assim – uma dona de casa: tomava conta da casa, de mim e da minha irmã, e também, de certa maneira, do meu pai. O meu pai tomava conta de nós de outra maneira: trabalhava fora para nos dar sustento. Era o que se chamava – não sei se ainda se pode chamar assim – o chefe de família. A minha mãe tomava conta de nós sozinha, mas às quintas-feiras, por umas horas, a Conceição ia ajudá-las nas tarefas mais pesadas. A Conceição era uma negra cerca de dez anos mais nova do que a minha mãe, que vivia com o marido e dois filhos no musseque junto ao bairro onde a minha família morava. Não tinha estudado, não sabia ler nem escrever e para sobreviver